

**À COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM SERVIÇOS DE SAÚDE -  
CICGSS/GAB/SES/GO.**

**Edital de Chamamento Público Nº 004/2023**

**Processo 202300010023436.**

**INSTITUTO CEM**, associação civil sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social de Saúde no Estado de Goiás conforme Decreto nº 9.184 de 12 de Março de 2018, inscrito no CNPJ sob o nº 12.053.184/0001-37, entidade participante do Chamamento Público nº 004/2023 - Processo: 202300010023436, por meio do seu **Diretor Presidente, JEZIEL BARBOSA FERREIRA**, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria apresentar sua:

**IMPUGNAÇÃO**

à Matriz de Avaliação para Julgamento e Classificação das Propostas Técnicas formulada pela Comissão Interna de Contratos de Gestão, requerendo, desde já, o recebimento do presente recurso para que promova com a revisão da Proposta de Trabalho, com o propósito de corrigir e majorar a nota atribuída ao **INSTITUTO CEM**, conforme razões que seguem:

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

A Publicação do Resultado Preliminar de Análise de propostas técnicas apresentadas no Chamamento Público 04/2023 – Processo 202300010023436, ocorreu no dia 27/11/2023, no sítio eletrônico desta pasta (anexo).

Tendo em vista que o prazo para a apresentação de Recurso contra a Avaliação Para Julgamento e Classificação das Propostas Técnicas é de 03 (três) dias úteis após a publicação do Informativo de Resultado Preliminar, conforme Item 11.3. do Edital do Chamamento Público em referência, temos que

este Recurso é tempestivo, razão pela qual deve ser devidamente recebido e julgado por esta Comissão Interna.

## **II. PRELIMINARMENTE**

### **a. DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA**

Inicialmente o Instituto CEM pugna pelo respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia no presente Chamamento Público, uma vez que a Administração Pública deve oferecer a todos os administrados igualdade de oportunidades na contratação de serviços, obras e compras. Por intermédio dessa equanimidade, busca-se a obtenção da contratação vantajosa para a administração, e a licitação consiste no instrumento jurídico que visa afastar a arbitrariedade na seleção do contratante.

Imperioso destacar a suspensão dos Chamamentos Públicos nº 01/2023 (HUGO) e nº 03/2023 (HEAPA) até decisão definitiva no Mandado de Segurança impetrado pelo INSTITUTO DE GESTÃO E HUMANIZAÇÃO – IGH, em face de ato praticado pela Presidente Da Comissão Interna De Chamamento Público da SES/GO, Processo: 5779812-77.2023.8.09.0051, sob a alegação de que o ato de impedir o acesso dos licitantes às propostas apresentadas em prazo prévio à divulgação do resultado preliminar impossibilitaria a interposição de eventuais recursos, uma vez que o lapso de 3 (três) dias úteis é ínfimo e insuficiente à análise do quantitativo de documentos apresentados, que, por vezes, teriam entre 2.000 (duas mil) a 6.000 (seis mil) páginas cada.

A decisão liminar, levou em consideração que inexistia previsão editalícia de que as propostas só seriam publicadas no momento da divulgação do resultado preliminar das propostas de trabalho. Considerou ainda que obstar vistas do integral teor das propostas apresentadas pelos licitantes culmina na impossibilidade de manejo de eventual recurso com fundamentos adequados, restando prejudicado o direito dos licitantes ao contraditório.

Dessa maneira, o Chamamento Público 04/2023 merece o mesmo tratamento ofertado nos Chamamentos Públicos nº 01/2023 (HUGO) e nº 03/2023 (HEAPA) até decisão definitiva no Mandado de Segurança.

#### **b. DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE**

O princípio da razoabilidade é um mecanismo de controle da discricionariedade administrativa, permitindo ao poder administrativo agir com proporcionalidade entre os licitantes.

O princípio da razoabilidade faz uma imperativa e inarredável parceria com o princípio da isonomia, impondo a coerência nas ações da administração Pública, para que os atos administrativos não gerem vício de legalidade.

Portanto, em atenção ao princípio constitucional da razoabilidade, requer que seja cedido aos licitantes o mesmo tratamento definido nos Chamamentos Públicos nº 01/2023 (HUGO) e nº 03/2023 (HEAPA).

### **III. DA IMPOSSIBILIDADE DE AVALIAR A NOTA ATRIBUÍDA AOS CONCORRENTES**

Em virtude da quantidade de licitantes no chamamento público, com propostas que variam aproximadamente de 2.000 (duas mil) a 6.000 (seis mil) páginas cada projeto, o ínfimo período de 03 (três) dias para análise dos projetos apresentados pelos licitantes, restou impossibilitado o questionamento do Recorrente à pontuação e notas atribuídas aos concorrentes do Chamamento Público nº 04/2023 (HERSO).

Restando claro a impossibilidade de questionar as notas atribuídas aos concorrentes, restando prejudicada a administração pública na escolha da proposta mais vantajosa.

#### **IV. DOS FATOS**

Trata-se de recurso interposto em face do Resultado Preliminar de avaliação das propostas técnicas apresentadas no Chamamento Público 04/2023.

O Recorrente-INSTITUTO CEM, em detida análise a relação documental indicada no Edital, preparou o envelope nos moldes determinados, entregando-o em tempo hábil contendo toda a documentação exigida, atendendo à todas as exigências previstas no referido Chamamento Público.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

Conforme item 10.1. do Edital, a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a **mesma contiver a integralidade do quesito solicitado**.

Entretanto, não foi dessa forma que a Comissão atribuiu as notas ao Recorrente, uma vez que não foram respeitados os parâmetros descritos em página 25 do edital como critério de avaliação, visto que a Comissão, na atribuição das notas, determina um fato novo, entre outras fontes de referência sem que estas tenham sido divulgadas no Edital.

Impedindo assim, que Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados. Senão vejamos:

• **QUANTO AO ITEM F.A.1 - FLUXO UNIDIRECIONAL RESÍDUOS DE SERVIÇO SAÚDE**

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Implantação de fluxos individualizada ao perfil da unidade de saúde. (A forma de apresentação será considerada levando-se em conta a clareza e entendimento do fluxo)	Fluxo unidirecional de resíduos de serviço saúde	02 pontos	1,5	137 a 19	1.Segregação; 2. acondicionamentos; 3. classificação; 4. Transporte interno; 5. local de armazenamento; 6. Transporte externo e destinação final; 7. quantificação das lixeiras	Não apresentou quantitativo ou metodologia para definição de quantidades de lixeiras considerando planta e atividades da unidade de saúde pretendida.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, e critério com preferencias subjetivas, como:

*Não apresentou quantitativo ou metodologia para definição de quantidades de lixeiras considerando planta e atividades da unidade de saúde pretendida*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota

• **QUANTO AO ITEM F.A.1 - PROPOSTA DE MANUAL**

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Implantação de gestão	Proposta de manual de protocolos assistenciais	02 pontos	1,9	505 a 577	A definição dos protocolos deve ser baseada no perfil de atendimento e o acompanhamento através de ferramentas de medição de adesão/efetividade. Protocolos clínicos gerenciados baseados no conhecimento científico atual e no perfil epidemiológico, risco ou custo dos pacientes atendidos: com objetivo na segurança do paciente Deve ser observado descrição quanto: diagnóstico, objetivos estruturação do protocolo, Indicadores e aprovação. Port.599/2013-MS Observar menção aos protocolos básicos, preconizados pela OMS, e/ou texto descrevendo foco na segurança do paciente	Apresentou descritivo de como e o que será considerado realizando contextualização da importância dos protocolos assistenciais. Apresenta modelo estrutural dos protocolos e sistema de gestão de documentos (padronização, elaboração, revisão, controle, distribuição, aprovação, etc), onde os protocolos estão inseridos. Apresentou modelo de POP para elaboração de Protocolo Assistencial, onde descreve o campo de indicadores de desempenho e cita como não aplicável. No modelo de Manual descreve campo para indicadores de monitoramento, mas não deixa claro, não realiza fundamentação, de quais são ou como serão utilizados os indicadores para monitoramento/melhoria dos protocolos assistenciais. Não relaciona nenhum dos protocolos assistenciais básicos como referência.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Apresentou descritivo de como e o que será considerado realizando contextualização da importância dos protocolos assistenciais. Apresenta modelo estrutural dos protocolos e sistema de gestão de documentos (padronização, elaboração, revisão, controle, distribuição, aprovação, etc), onde os protocolos estão inseridos. Apresentou modelo de POP para elaboração de Protocolo Assistencial, onde descreve o campo de indicadores de desempenho e cita como não aplicável. No modelo de Manual descreve campo para indicadores de monitoramento, mas não deixa claro, não realiza fundamentação, de quais são ou como serão utilizados os indicadores para monitoramento/melhoria dos protocolos assistenciais. Não relaciona nenhum dos protocolos assistenciais básicos como referência*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.1 - PROPOSIÇÃO DE PROJETOS**

FA.1 – Área de atividades: Avalia a adequação da proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da Unidade. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
Incrementos de Atividade	Proposição de Projetos Assistenciais de Saúde e/ou Sociais dentro do custeio previsto para a unidade e/ou sociais	05 pontos	4,5	728 a 789	1.Programa de Necessidades; 2. Estudo Preliminar; 3. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento. 4. Projeto de Necessidades; 5. Estudo Preliminar; 6. Projeto Básico: detalhamento para definição e quantificação dos materiais, equipamentos e serviços relativos ao empreendimento.	apresentou 10 projetos assistenciais de saúde: 1. projeto gerencia médica-serviço de atenção domiciliar; 2. geriatria em ambulatório; 3. avaliação multidimensional do idoso; 4. núcleo do grupo de avaliação e acompanhamento de pacientes especiais; 5. atendimento ambulatorial pós-covid; 6. testagem para hiv em pacientes cirúrgicos; 7. qualidade e segurança na assistência; 8. classificação de risco conforme Manchester; 9. banho de sol; 10. projeto sesmt. apresentou 10 projetos assistenciais sociais: 1. projeto humanização; 2. projeto datas festivas; 3. terapia assistida por animais; 4. acalente o coração; 5. alegria...alegria; 6. aniversariante; 7. unidade em tela; 8. unidade em paz espiritual; 9. ação de saúde; 10. depressão tem cura. apresentou cronograma para todos os projetos. não apresentou indicadores de desempenho para todos os projetos. não foi apresentado levantamento demonstrando as necessidades da unidade de saúde para os projetos apresentados ou se os mesmos são factíveis as rotinas e estrutura da unidade de saúde pretendida. foi observado que os projetos sociais apresentados para a unidade HEAPA são os mesmos apresentados para o chamamento



						01/2023 e 03/2023 (demonstrando falta de personalização para as unidades).
--	--	--	--	--	--	---

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*para hiv em pacientes cirúrgicos; 7. qualidade e segurança na assistência; 8. classificação de risco conforme Manchester; 9. banho de sol; 10. projeto sesmt. apresentou 10 projetos assistenciais sociais: 1. projeto humanização; 2. projeto datas festivas; 3. terapia assistida por animais; 4. acalente o coração; 5. alegria...alegria; 6. aniversariante; 7. unidade em tela; 8. unidade em paz espiritual; 9. ação de saúde; 10. depressão tem cura. apresentou cronograma para todos os projetos. não apresentou indicadores de desempenho para todos os projetos. não foi apresentado levantamento demonstrando as necessidades da unidade de saúde para os projetos apresentados ou se os mesmos são factíveis as rotinas e estrutura da unidade de saúde pretendida. foi observado que os projetos sociais apresentados para a unidade HEAPA são os mesmos apresentados para o chamamento 01/2023 e 03/2023 (demonstrando falta de personalização para as unidades).*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer os critérios de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.2 - ACOLHIMENTO**

FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital: Acolhimento e Atendimento	Acolhimento	02 pontos	1,2	1349/1371	Apresenta metodologia para avaliação de pacientes que procuram o serviço para identificar suas necessidades de saúde. Aqueles com necessidades emergentes, urgentes ou imediatas são priorizados para avaliação e tratamento.	Apresenta uma proposta de Manual desordenada com texto apresentando incoerência de proposições para as orientações psicossociais, não contendo clara as formas de notificação. Menciona um protocolo de atendimento e cadastro de visitantes. Para acompanhante relata protocolo com orientações aos acompanhantes na INTERNAÇÃO e não na emergência.
	Manual com indicação das formas de notificação, recepção, orientação social e apoio psicossocial aos usuários e acompanhantes na emergência conforme Classificação de Risco.					

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade,

publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Apresenta uma proposta de Manual desordenada com texto apresentando incoerência de proposições para as orientações psicossociais, não contendo clara as formas de notificação. Menciona um protocolo de atendimento e cadastro de visitantes. Para acompanhante relata protocolo com orientações aos acompanhantes na INTERNAÇÃO e não na emergência.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.2 - ATENDIMENTO**

FA.2 – Área de Qualidade: Avalia medidas da proposta de trabalho para implantação de comissões. São referentes aos instrumentos demonstrados a seguir:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
	Atendimento				A organização possui uma sistemática estabelecida, com canais divulgados para recebimento das manifestações dos pacientes/acompanha	Na proposta indica o direito legal dos acompanhantes para os casos

FA.2.2 Qualidade Subjetiva: Avalia medidas de promoção da relação humana e apoio social na comunidade interna e externa do Hospital: Acolhimento e Atendimento	Proposta de implantação de orientações quanto às formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, Proposta de formas de acomodação e conduta para os acompanhantes, com ênfase aos de usuários idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais conforme previsão da legislação vigente.	02 pontos	1	1389/1409	ntes, classifica por criticidade com foco na segurança do paciente. Analisa o que ocorreu e o que precisa ser feito para melhorar e responde ao paciente/acompanhante sobre as providências tomadas para a melhoria. As manifestações englobam, por exemplo, os pedidos de informações, sugestões, reclamações, elogios e denúncias, incluindo aquelas recebidas por meio de contatos informais.	referidos neste item, mas não menciona formas de acomodação dos mesmos. Mostra incoerência textual na proposição, onde indica não ter visita presencial na página 1394, mas contrapõe com informações dadas nas páginas 1361 e 1362 e 1379 onde indica horários de visitas, pontuado no item acolhimento.
--	--	-----------	---	-----------	--	---

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Na proposta indica o direito legal dos acompanhantes para os casos referidos neste item, mas não menciona formas de acomodação dos mesmos. Mostra incoerência textual na proposição, onde indica não ter visita presencial na página 1394, mas contrapõe com informações dadas nas páginas 1361 e 1362 e 1379 onde indica horários de visitas, pontuado no item acolhimento.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.3 - EXPERIÊNCIA MÍNIMA**

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.2 Estrutura e experiência da Diretoria	Experiência mínima de 1 ano da Diretoria da Organização Social em Saúde (lotados na unidade) no gerenciamento de Unidade Hospitalar (cada Diretor poderá obter no máximo 0,5 ponto)	03 pontos	1,5	5281 a 5383	Estabelece normas sobre a responsabilidade, atribuições e direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos	Roberto Zota (documentação descreve somente MEDICO, por isso não pontuou) ; Karla Azeredo (diretora) = apresentou somente currículo, sem documentação comprobatória, por isso não pontuou ; Luis Henrique Ribeiro (diretor Técnico) = 0,50 ; Adecildes Rocha (diretor) = 0,50; Amadis Lotrario ( cargo de assessor e consultor, por isso não pontuou ; Melina Sales ( diretora Geral)= 0,50

Relativo ao item supra da Matriz de Avaliação, consigna-se que os documentos pertinentes foram apresentados em conformidade com as exigências do edital.

O Dr. Roberto Zonta apresentou cópia da Carteira de Trabalho comprovando sua experiência na Diretoria Técnica do Hospital de Urgências de Trindade – HUTRIN.

A Sra. Karla Azeredo apresentou atestado de capacidade técnica como Diretora do Hospital de Urgências Dr. Valdomiro Cruz – HUGO.

- **QUANTO AO ITEM F.A.3 - PROTOCOLOS DE ENFERMAGEM**

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos de enfermagem (rotinas por nível de qualificação dos profissionais) nas áreas de ambulatório e urgência	02 pontos	1,5	2613 a 2934; 2632 a 2639; 2756 a 2778	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresentou manual de normas e rotinas de enfermagem para ambulatório e para urgência e Emergência e protocolos de urgência. Protocolos específicos do ambulatório não foram apresentados. Apresentado protocolo de curativo de Coto umbilical que não faz parte do atendimento de RN na Unidade.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Apresentou manual de normas e rotinas de enfermagem para ambulatório e para urgência e Emergência e protocolos de urgência. Protocolos específicos do ambulatório não foram apresentados. Apresentado protocolo de curativo de Coto umbilical que não faz parte do atendimento de RN na Unidade.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

• **QUANTO AO ITEM F.A.3.3 - PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS**

FA.3 – Qualificação técnica: Avalia a capacidade gerencial da proponente ou do corpo diretivo quanto a administrar um hospital e conduzir as ações assistenciais com bom nível de desempenho, com equipe titulada nas áreas afins:		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.3 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Protocolos assistenciais de atenção médica e rotinas operacionais para os serviços de maior complexidade na medicina como nas emergências e unidades de terapia intensiva de adulto	02 pontos	1,5	2420 a 2428; 2429 a 2603; 2604 a 2612; 2594 a 2596	Apresenta o método de dimensionamento das equipes multidisciplinares, demonstra a padronização e dimensionamento de materiais e equipamentos conforme perfil da unidade.	Apresentou rotinas de atendimento da demanda espontânea e via serviço de Regulação na urgência e emergência. Protocolos médicos de urgência e emergência, porém foi apresentado também rotinas para internação e Alta Obstétrica - parto Normal e Cesárea que não faz parte dos atendimentos da Unidade (pags. 2594 a 2596). Para UTI apresentou os critérios Admissão e Alta na uti, contraindicação para alta da uti e prioridades, sem apresentar protocolos específicos da UTI adulto.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Apresentou rotinas de atendimento da demanda espontânea e via serviço de Regulação na urgência e emergência. Protocolos médicos de urgência e emergência, porém foi apresentado também rotinas para internação e Alta Obstétrica - parto Normal e Cesárea que não faz parte dos atendimentos da Unidade (pags. 2594 a 2596). Para UTI apresentou os critérios Admissão e Alta na uti, contraindicação para alta da uti e prioridades, sem apresentar protocolos específicos da UTI adulto.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.



• **QUANTO AO ITEM F.A.3.4 - PROTOCOLOS ASSISTENCIAIS**

FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.4 Implementação de Serviços e funcionamento da Equipe Interdisciplinar	02 pontos	1,5	2279; 2279 a 2333; 2340 a 2407; 2408 a 2412; 2413 a 2419 ; 1542 a 1551	Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS).	Protocolos apresentados para as áreas de internação e ambulatorio. Para Hospital Dia apresentou o fluxo de alta para cirurgia de pequeno porte e rotina de atendimento a criança e adolescente. Rotinas operacionais nas pags. 2240 a 2251 duplicadas nas pags. 2334 a 2339 .

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Protocolos apresentados para as áreas de internação e ambulatorio. Para Hospital Dia apresentou o fluxo de alta para cirurgia de pequeno porte e rotina de atendimento a criança e adolescente. Rotinas operacionais nas pags. 2240 a 2251 duplicadas nas pags. 2334 a 2339.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- **QUANTO AO ITEM F.A.3.5 - APRESENTAÇÃO DA PADRONIZAÇÃO**

FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.5 Implementação e Funcionamento de outros Serviços	Apresentação da padronização de medicamentos e materiais médicos hospitalares	02 pontos	1	1749 a 1783	Avaliar projeto se houver ou metodologia de padronização	Documentação apresentada não descreve padronização e lista de material médico (definição: "Dispositivo Médico é qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico in vitro, software, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante a ser usado, isolado ou conjuntamente, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos específicos, e cuja principal ação pretendida não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano, mas que podem ser auxiliados na sua ação pretendida por tais meios"). Foram descritos, como materiais médicos, os seguintes itens: curativos. Apresentou critérios para padronização de medicamentos e documentação modelo de solicitação de correlato ou medicamento.

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Documentação apresentada não descreve padronização e lista de material médico (definição: "Dispositivo Médico é qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico in vitro, software, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante a ser usado, isolado ou conjuntamente, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos específicos, e cuja principal ação pretendida não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano, mas que podem ser auxiliados na sua ação pretendida por tais meios"). Foram descritos, como materiais médicos, os seguintes itens: curativos. Apresentou critérios para padronização de medicamentos e documentação modelo de solicitação de correlato ou medicamento.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

- QUANTO AO ITEM F.A.3.6 - REGISTRO E CONTROLE DE PESSOAL**

FA.3.6 Política de Recursos Humanos		Pontuação Máxima por item	Nota Atribuída	Página da Proposta	Requisitos Mínimos Avaliados	Observações
FA.3.6 Política de Recursos Humanos	Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)	01 ponto	0,75	págs 2131a 2138	Definição e elaboração de um Planejamento Estratégico para a organização	Apresentado às págs. 2131a 2138 a proposta de coo a Instituição procederá no Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho não apresentou critérios para casos de afastamentos e casos de férias. e licenças

No tocante a este ponto, é essencial salientar que os documentos exigidos foram apresentados em conformidade com os requisitos do edital.

O art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.

O item 10.1. do Edital, determina que a Proposta de Trabalho será analisada e pontuada conforme quadros exibidos no edital, sendo que a pontuação máxima só será obtida se a mesma contiver a integralidade do quesito solicitado.

Entretanto, a Comissão está exigindo fato novo, sem que estas tenham sido divulgadas no Edital, como:

*Apresentado às págs. 2131a 2138 a proposta de coo a Instituição procederá no Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho não apresentou critérios para casos de afastamentos e casos de férias. e licenças.*

O Fato novo impede que o Recorrente tenha condições de descrever e/ou apresentar proposta de trabalho mais adequada aos critérios quais seriam submetidos em avaliação, bem como a Subjetividade na atribuição da nota.

Portanto, o Recorrente foi penalizado na atribuição da pontuação por desconhecer critério de avaliação que realmente seriam aplicados e Subjetividade na atribuição da nota.

## **V. CONCLUSÃO**

Diante de tudo o quanto foi exposto, o Recorrente vem diante de Vossa Senhoria, requerer:

- a) Em atenção aos princípios constitucionais da isonomia e razoabilidade, requer que seja cedido aos licitantes o mesmo tratamento definido nos Chamamentos Públicos nº 01/2023 (HUGO) e nº 03/2023 (HEAPA).
- b) Que a Proposta de Trabalho seja analisada e pontuada conforme o que foi exigido no edital em atenção ao art. 3º da Lei nº 8.666/93, prevê a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e demais correlatos.
- c) Que a Proposta de Trabalho seja analisada e pontuada com critérios objetivos.
- d) A revisão da nota atribuída ao Recorrente, devendo majorar do resultado apresentado, tendo em vista a observância das exigências editalícias.

Ademais, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais ou fornecer documentos suplementares que possam ser necessários para a análise desta impugnação.

Certos da imparcialidade desta Comissão e confiantes na retificação da pontuação, subscrevemo-nos.

Termos em que

Pede deferimento,

Goiânia, 30 de novembro de 2023

---

**JEZIEL BARBOSA FERREIRA - Diretor Presidente**